

Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político

(Discursive functioning and validated scenes of scandals in the sphere of political power)

Maria da Conceição Fonseca-Silva¹

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb)

con.fonseca@gmail.com

Abstract. This study presents preliminary results of research that seeks to show that VEJA magazine works as one of the places of discursive memory and mediatic spectacularization of corruption in Brazil. We constructed a specific corpus of analyses by selecting the covers of editions which show the discursive sequences to be analyzed. They refer to the corruption found in Fernando Collor's government; to the corruption found in Fernando Henrique Cardoso's government; and to the corruption found in Luiz Inácio Lula Silva's government.

Keywords. Discursive memory; media; politic; corruption.

Resumo. Neste trabalho, apresentamos os primeiros resultados da pesquisa que busca mostrar que a revista **Veja** funciona como um dos lugares de memória discursiva e de espetacularização midiática da corrupção no Brasil. Construimos um *corpus* específico de análise, selecionando capas das edições sobre as quais incidiu o recorte das seqüências discursivas submetidas à análise, que dizem respeito à corrupção no governo de Fernando Collor; à corrupção no governo de Fernando Henrique Cardoso; e à corrupção no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Palavras-chave. Memória discursiva, mídia; política; corrupção.

1 Considerações iniciais

No mundo contemporâneo, a mídia faz parte dos conflitos que regem o nosso cotidiano e pode ser definida como um lugar de memória discursiva e como instrumento de espetacularização da vida, do corpo, do cotidiano e, no tocante a este trabalho, da política.

O espetáculo, no sentido de Debord (1967), apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como parte da sociedade e como instrumento de unificação. Antes da existência de uma sociedade ambientada pela mídia, tinha sua produção associada quase sempre à política e/ou à religião. Na modernidade, passou a ser produzido com inscrição nos campos cultural e/ou da mídia, assimilada como momento do movimento de autonomização de esferas sociais. Na contemporaneidade, os mídias tornaram-se o lugar primordial de fabricação do espetáculo e, em consequência, a relação entre mídia e espetáculo recobre, como programação, a fabricação e veiculação de espetáculos políticos, entre outros.

O surgimento e desenvolvimento de modalidade de comunicação midiática e a conformação de uma sociedade estruturada e ambientada pela mídia, conforme Rubim (1999; 2000) recolocam em questão a temática do relacionamento entre política e comunicação. Podemos perceber que uma significativa parcela da atividade política na contemporaneidade se realiza na dimensão pública instituída pela rede de mídias, seja na televisão, seja no rádio, seja na Internet, seja em outros ambientes midiáticos, a exemplo das revistas de informação. E uma passível explicação para esse fenômeno

pode ser encontrada em Debord (1967) e Schwartzberg (1978), segundo os quais a política desenrola-se tendo como pano de fundo sociedades espetacularizadas ou mesmo estados espetacularizados.

As pesquisas realizadas no Brasil, que tematizam, analisam e tentam explicar o poder institucional e de representação dos meios de comunicação no mundo político contemporâneo, tiveram seu início com as análises sobre as eleições presidenciais de 1989. Foi a partir do fenômeno Collor que acadêmicos de diversos campos de conhecimento passaram a reconhecer a importância da comunicação de massa no processo político brasileiro. Estudar a relação entre a Comunicação e a Política hoje no Brasil é estudar a *mídia* e suas influências, a comunicação mediatizada ou a cultura midiática. E, para além do poder simbólico, é estudar o poder político e econômico que a *mídia* incorporou ao tornar-se elemento fundamental da engrenagem da globalização econômica e cultural. Na perspectiva da Análise de Discurso, não nos interessa como se realiza uma possível intervenção da *mídia* no comportamento das pessoas.

Na espetacularização midiática da política no Brasil, acentuada nos anos 90 do século XX, a encenação discursiva da corrupção ocupa a agenda pública no Brasil e em países do chamado primeiro mundo. Interessa-nos investigar o funcionamento da espetacularização midiática da política e a encenação discursiva da corrupção, detonada pelas denúncias de corrupção presentes em várias esferas da administração pública, na abertura política e na chamada nova democratização brasileira em revistas de informação e analisar o modo pelo qual a memória irrompe reatualizando os sentidos sobre a corrupção nesses períodos.

O recorte que realizamos inicialmente inclui a revista *Veja*, lançada em 1968 pela Editora Abril e considerada um dos meios de comunicação que mais se destaca na imprensa brasileira, a mais comprada, a maior em assinaturas e em tiragem de exemplares (nacionalmente) e a quinta revista de informação de maior circulação no mundo.

Partindo do pressuposto de que *Veja*, como prática discursiva institucional, funciona como *locus* de realização política e do fazer práticas sociais e discursivas do cotidiano do século XX e início do século XXI, tentamos responder as seguintes questões: a) Das capas das edições de *Veja* que circularam desde 1974, quantas são dedicadas à política, aos processos eleitorais, aos governos e aos escândalos e corrupção? b) Como se dá o funcionamento da espetacularização da política e da encenação discursiva dos escândalos e corrupção na abertura política e na chamada nova democracia brasileira, em *Veja*?

Para tentar responder as questões **a** e **b**, realizamos: a) levantamento, classificação, categorização e quantificação das capas de *Veja* pela temática, tipo e ano de circulação; catalogação, das edições da revistas; b) escaneamento das capas das edições selecionadas, com o objetivo de preservar os originais, manter o material em arquivo e facilitar o trabalho de análise.

Objetivando construir um *corpus* específico de análise ligado à discursividade sobre a corrupção na chamada nova democracia brasileira, construímos um arquivo específico, selecionando as edições sobre as quais incidiu o recorte das capas que denominamos aqui de seqüências discursivas. Definimos seis conjuntos de seqüências discursivas, a saber: a) seqüências discursivas sobre escândalos e corrupção no Governo Geisel; b) seqüências discursivas sobre escândalos e corrupção no Governo Figueiredo;

c) seqüências discursivas sobre escândalos e corrupção no Governo Sarney; d) seqüências discursivas sobre a corrupção no Governo Collor; e) seqüências discursivas sobre escândalos e corrupção no Governo FHC; f) seqüências discursivas sobre escândalos e corrupção no Governo Lula.

2 *Veja* e política de março de 1974 a julho de 2008: processos eleitorais, governos e escândalos e corrupção.

Nas edições de *Veja*, a discursividade gira em torno de questões sobre Brasil e sociedade, política e economia, questões internacionais, ciência e tecnologia, saúde e sexo, arte, gente, religião e história, esporte e aventura, educação e trabalho. Com relação à discursividade sobre política, indicamos o número de capas que a revista dedicou aos processos eleitorais e aos governos, compreendidos no período de março de 1974 a julho de 2008.

No período de março de 1974 a agosto 1989 (cf. gráfico 1), a revista dedicou cento e quinze (115) capas à política no Brasil. Dessas, vinte e cinco (25=22%) a escândalos e corrupção e noventa (90 = 78%) a outros temas sobre política e economia.

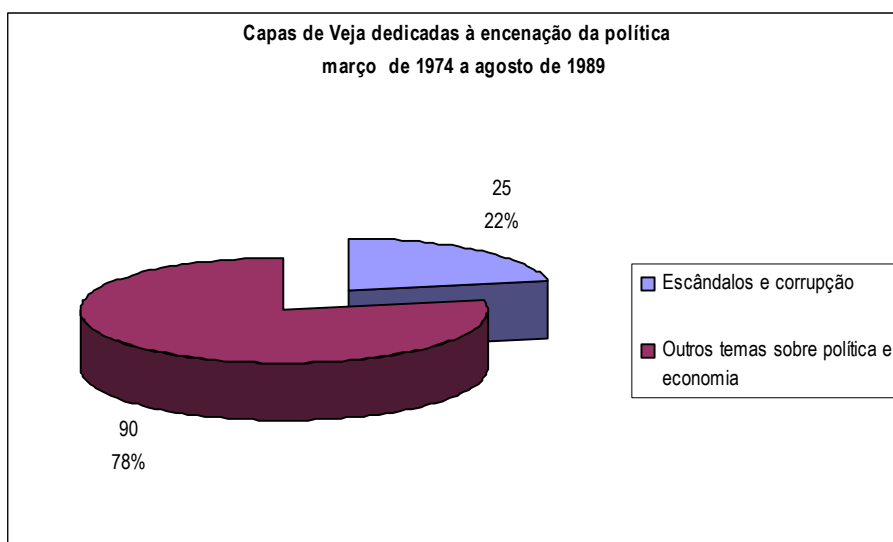


Gráfico 1. Capas de *Veja* dedicadas à encenação da política (março de 1974 a agosto de 1989)

No período de setembro de 1989 a julho de 2008 (cf. gráfico 2), a revista *Veja* dedicou duzentos e trinta (230) capas à política no Brasil. Destas, quarenta e seis (46 = 20%) capas dizem respeito às campanhas eleitorais de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006; cento e vinte e sete (127=55%) dizem respeito a escândalos e corrupção; e cinquenta e sete (57=25%) a outros temas sobre política e economia.

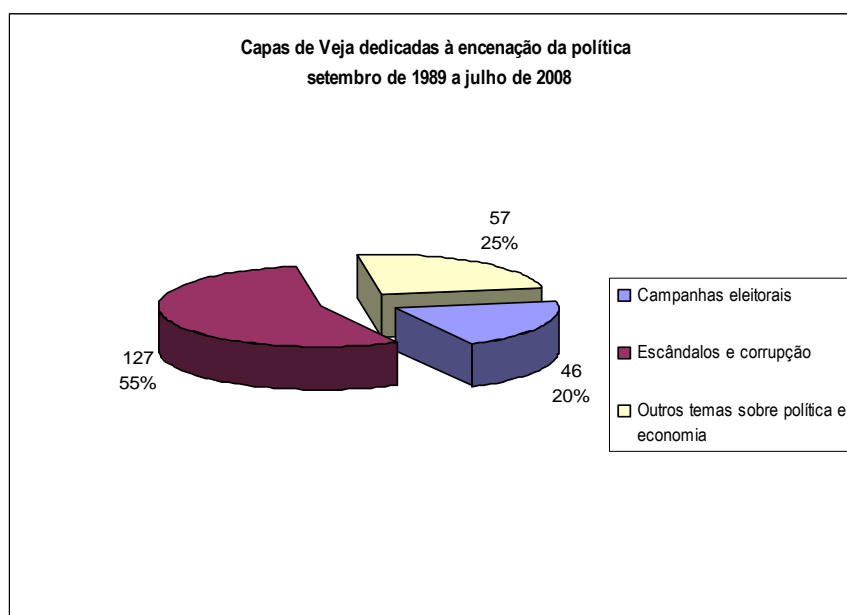


Gráfico 2. Capas de *Veja* dedicadas à política (setembro de 1989 a julho de 2008)

Em se tratando da campanha eleitoral de 1989 (cf. gráfico 3), a revista dedicou oito (8) capas: duas (2=24%) ao candidato Collor, duas (2=24%) ao candidato Lula, uma (1=12,5) aos candidatos Lula e Brizola, duas (2=24%) aos candidatos Lula e Collor e uma (1=12,5) à eleição em geral.

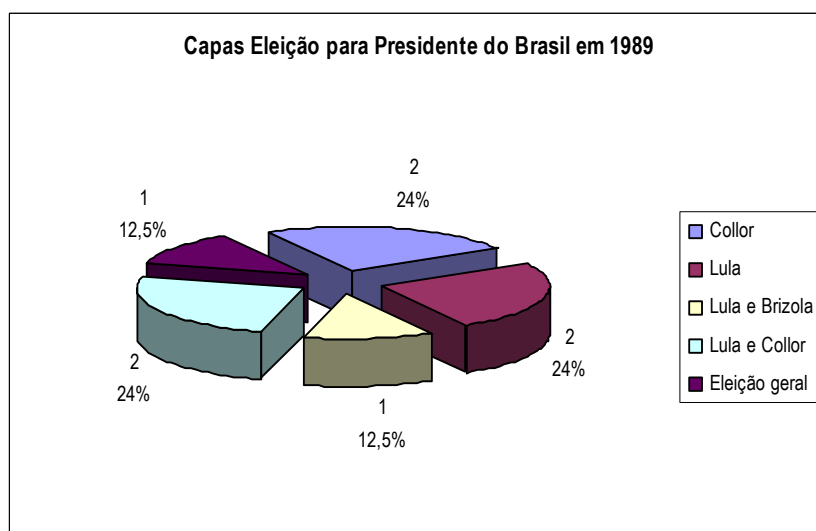


Gráfico 3. Capas eleição para presidente do Brasil em 1989

No período de janeiro de 1990 a setembro de 1992, período que durou o governo Collor, a revista dedicou cinquenta e duas (52) capas à política. E de outubro de 1992 a dezembro de 1994, período do governo Itamar, vinte e sete (27) capas.

Em relação à campanha eleitoral de 1994 (cf. gráfico 4), foram identificadas oito (8) capas de *Veja*: duas (2=25%) ao candidato Lula, quatro (4=49%) ao candidato FHC, uma (1=13%) aos candidatos Lula e FHC, e uma (1=13%) à eleição em geral.

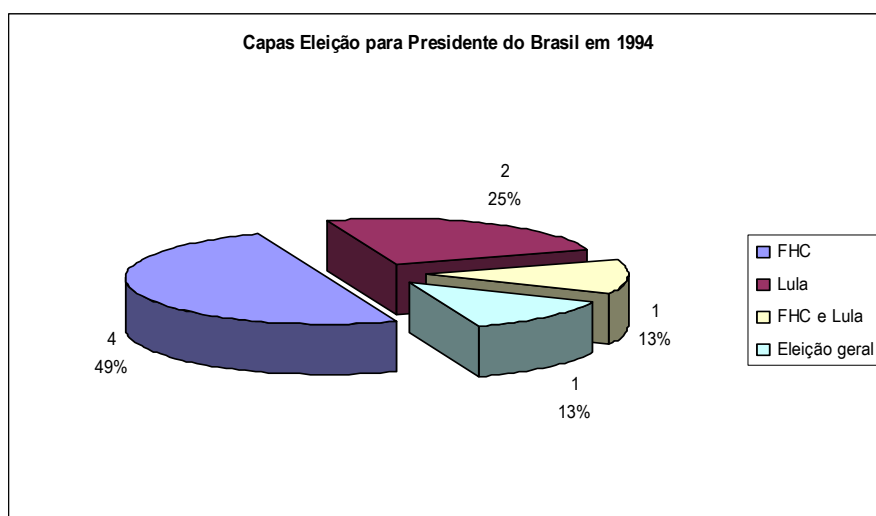


Gráfico 4. Capas eleição para presidente do Brasil em 1994

No que tange à campanha eleitoral de 1998 (cf. gráfico 5), *Veja* dedicou quatro (4) capas à campanha eleitoral para presidente do Brasil. Dessas capas, uma (1=25%) se refere ao candidato Lula, uma (1=25%) ao candidato FHC e duas (2=50%) às eleições em geral.

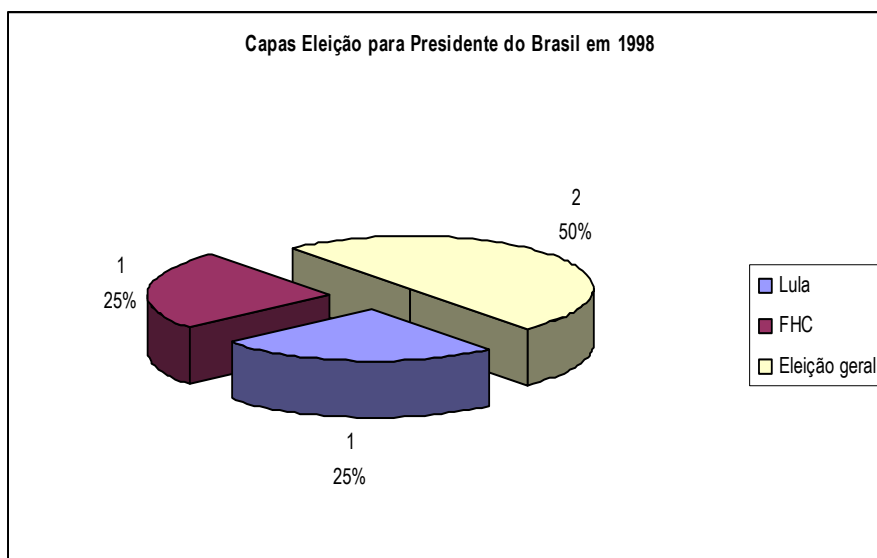


Gráfico 5. Capas eleição para presidente do Brasil em 1998

No período de oito anos, *Veja* dedicou sessenta e duas (62) capas à política no governo de FHC. Dessas, vinte (20) capas, correspondem ao primeiro mandato, no período de Janeiro de 1995 a dezembro de 1998; e quarenta e duas (42) capas, ao segundo mandato, no período de janeiro de 1999 a dezembro de 2002.

No que diz respeito à campanha eleitoral de 2002, a revista põem encena vinte e uma (21) capas (cf. gráfico 6). A questão é discursivizada desde 1999 quando dedica uma (1=5%) capa ao candidato Ciro Gomes. Em 2001, uma (1=5%) capa a Lula e duas (2=11%) a Roseana Sarney. Em 2002, oito (8=42%) capas a Lula e PT; duas (2=11%) a

Roseana Sarney; uma (1=5%) a Ciro Gomes; uma (1=5%) a Lula, Ciro Gomes e José Serra; e três (3=16%) a eleição em geral.

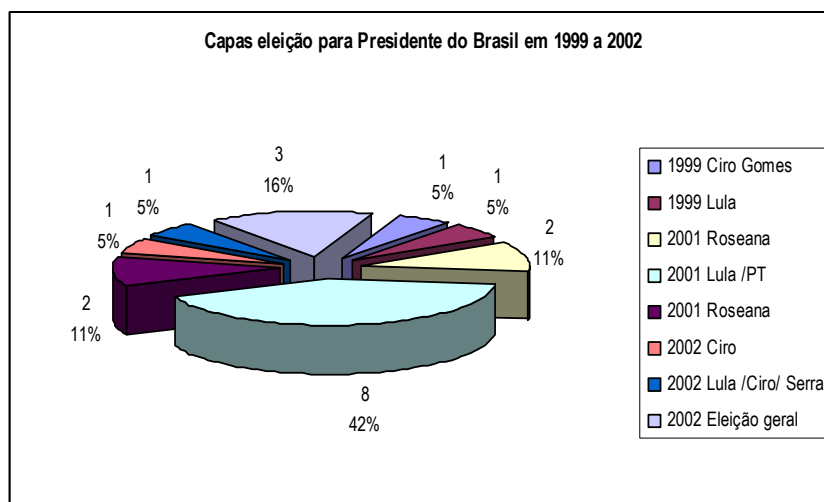


Gráfico 6. Capas eleição para presidente do Brasil 1999 a 2002

No que se refere à campanha eleitoral de 2006 (cf. gráfico 7), *Veja* publicou oito capas: quatro (4=48%) dedicadas ao candidato Lula e ao Partido dos Trabalhadores, uma (1=13%) dedicada ao ex-presidente FHC, uma (1=13%) ao candidato garotinho, uma (1=13%) ao candidato Geraldo Alkmim e uma (1=13%) à campanha em geral.

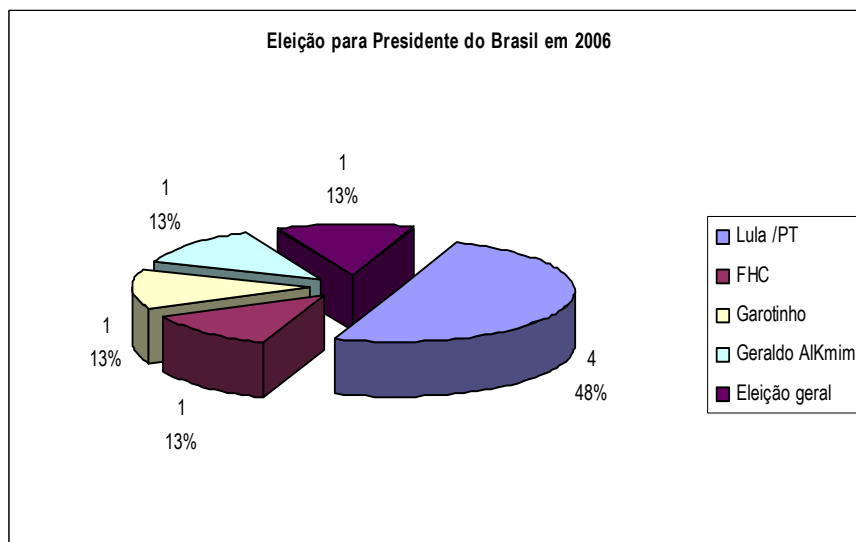


Gráfico 7. Capas eleição para presidente do Brasil em 2006

No período de janeiro de 2003 a dezembro de 2006, primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, *Veja* dedicou quarenta (40) capas à política. No período de janeiro de 2007 a julho de 2008, um ano e meio do segundo mandato, vinte e uma capas (21).

Na próxima seção, trataremos de escândalos e corrupção nos processos de abertura e da nova democracia brasileira discursivizados e espetaculizados em *Veja*.

3 *Veja* e política de março de 1974 a julho de 2008: escândalos e corrupção nos processos de abertura política e da chamada nova democracia brasileira.

No período do processo de abertura política (cf. gráfico 8), houve vinte e cinco (25) casos de escândalos e corrupção (cf. gráfico 8): (nove (9 – 36%) no **Governo Geisel** (março de 1974 – março de 1979); dez (10 – 40%) no **Governo Figueiredo** (abril de 1979 – março de 1985); seis (6 -24%) no governo de transição que pôs fim a 25 anos de ditadura militar, **Governo Sarney** (abril de 1985 – fevereiro de 1990).

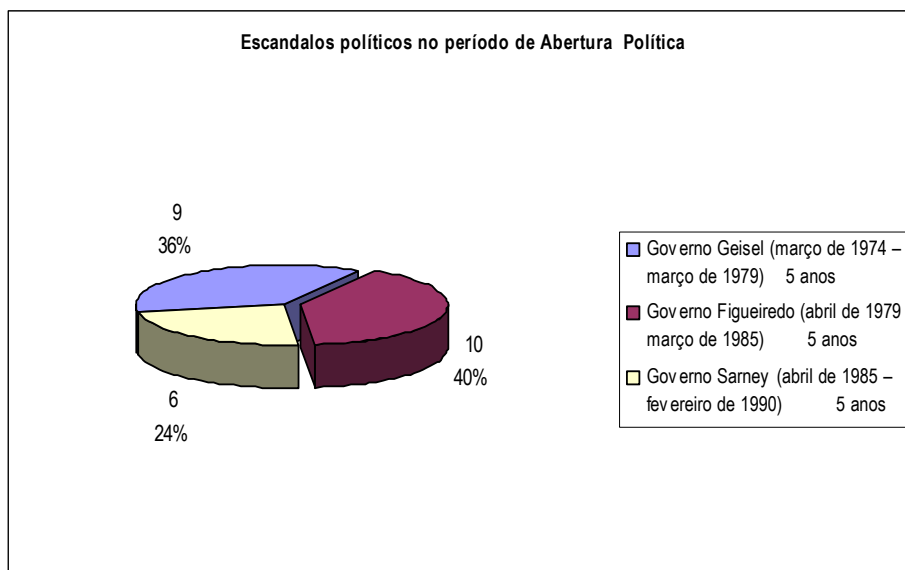


Gráfico 8. Escândalos políticos de abertura política

No período da chamada nova democracia brasileira, de março de 1990 a julho de 2008 (cf. gráfico 9), houve duzentos e cinco (205 – 100%) escândalos, sendo dezenove (19 – 9%) casos de escândalos e corrupção no **Governo Collor** (março de 1990 - setembro de 1992); trinta e um (31 – 15%) casos no **Governo Itamar** (outubro de 1992 – dezembro de 1994); quarenta e seis (46 -22%) casos nos **Governos FHC** (janeiro de 1995 – dezembro de 2002); e cento e nove casos (109 -54%) nos **Governos Lula** (janeiro de 2003 até julho de 2008): setenta e três (73) no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2005; e trinta e seis (36) no período de janeiro de 2007 a julho de 2008.

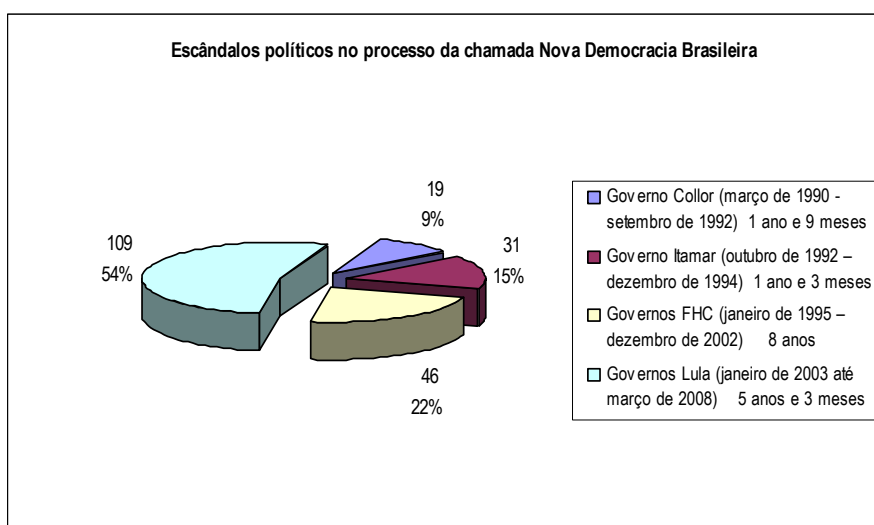


Gráfico 9. Escândalos políticos no processo da chamada nova democracia brasileira

3.1 Escândalos políticos espetacularizados e discursivizados nas capas de *Veja*

Os resultados da pesquisa que originou este trabalho indicaram que o número de escândalos políticos e o número de escândalos políticos espetacularizados e discursivizados nas capas de *Veja* não coincidem, seja porque nem todos os escândalos ocorridos são tematizados nas capas seja porque um escândalo pode aparecer tematizado na capa de mais de uma edição.

Das capas catalogadas da revista *Veja*, relacionadas à política, cento e quarenta e oito (148 -100%) são dedicadas ao tema escândalos e corrupção. Dessas, treze (13) circularam no processo de abertura política: cinco (5) no Governo Geisel (março de 1974 – março de 1979); quatro (4), no Governo Figueiredo (abril de 1979 – março de 1985); quatro no Governo Sarney (abril de 1985 – fevereiro de 1990). E cento e quarenta (140), na chamada nova democracia brasileira: vinte e sete (27) no Governo Collor (março de 1990 - setembro de 1992); quatorze (14), no Governo Itamar (outubro de 1992 – dezembro de 1994); vinte e quatro (24), nos Governos FHC (janeiro de 1995 – dezembro de 2002); e sessenta (62) nos Governos Lula (janeiro de 2003 até julho de 2008):

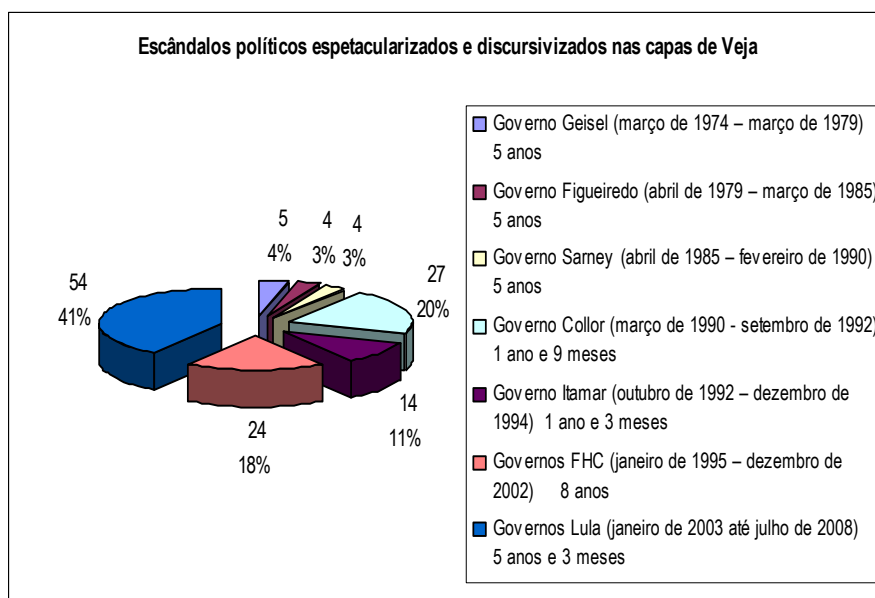


Gráfico 10. Escândalos políticos espetacularizados e discursivizados nas capas de **Veja** (março de 1974 a julho de 2008)

Ainda que preliminares, os resultados nos permitem tecer algumas considerações sobre a relação espetáculo/escândalos/corrupção.

Os fenômenos de escândalos e de corrupção, geralmente, são confundidos. É preciso ressaltar que são fenômenos distintos. O escândalo envolve estágios de desenvolvimento: revelação, publicação, defesa, dramatização, execução ou julgamento e rotulação. Ao realizar uma análise sistemática do fenômeno do escândalo político, como produto da sociedade moderna, Thompson (2000, p. 13) defende que a emergência de um escândalo depende do conhecimento de outros, envolvendo um grau de conhecimento público sobre as ações e acontecimentos e a transformação desse conhecimento em *making public* e *making visible*, por meio dos quais estas ações se tornam conhecidas dos outros.

Nesse sentido, as revistas de informação, a exemplo de *Veja*, divulgam e discursivizam sobre escândalos, que envolvem senadores, secretários de governos e políticos de modo geral, numa esfera que transcende o tempo e o espaço da sua ocorrência. Uma questão se faz necessária: Quais as condições para que atividades corruptas se constituam em escândalos na mídia? Sabemos que a corrupção envolve infração, violação de regras, convenções ou leis, mas para ser escandalosa precisa ser descoberta. Para ser descoberta, por sua vez, precisa ser denunciada. Isso implica que a articulação pública do discurso denunciatório é a condição para que uma corrupção se transforme em um escândalo.

Nas capas analisadas, observamos que os escândalos na esfera do poder político redefinem as relações entre a vida pública e a vida privada; têm um desenvolvimento temporal que depende de outras instituições como justiça, instituições políticas, etc; possuem um começo e um fim; desenrolam-se como um enredo de novela, envolvendo os sujeitos espectadores e leitores que acompanham todas as etapas da história; e deixam de ser discursivizados quando não despertam mais interesse público.

Se compararmos os diferentes sistemas de governo, observaremos que a memória discursiva - como condição do legível em relação ao próprio legível, como espaço móvel, de retomadas, deslocamentos, conflitos, desdobramentos e de contradiscursos, no sentido de Pêcheux (1983a; 1983b) - irrompe reatualizando os sentidos sobre a corrupção. Na tirania e na monarquia, corrupção estava associada a alguma forma de traição à pátria, como nos desvios de conduta sexuais e na acusação de mulheres que, quando assumiam papéis fora daquilo que a sociedade lhes passava como expectativa de boa conduta, eram consideradas corruptas. Do modo como a compreendemos, no entanto, corrupção é um fenômeno da moderna República que pauta-se, de um lado, no sentimento de tolerância à diversidade; e, de outro lado, na supremacia da sobrevivência individual (busca do dinheiro) em relação ao espaço coletivo (mundo do afeto). Os escândalos políticos ganham destaque na democracia por esta ser um regime político em que os conflitos e atritos políticos se presentificam e, por isso, tornam-se mais visíveis. Nem todos os escândalos, como já salientamos, são discursivizados e espetacularizados *na e pela* mídia, a exemplo de *Veja*. A corrupção política só é espetacularizada e visualizada quando vira escândalo na mídia.

4 Considerações finais

As análises já realizadas indicaram que, apesar de o desenvolvimento do novo ambiente comunicacional ter ocorrido durante o período autoritário, as condições de possibilidade da época, no sentido de Foucault (1969), não permitiram que a mídia discursivizasse livremente sobre política. Foi um período marcado pela interdição, pelo controle e pelos constrangimentos próprios da ditadura. Ao final do regime militar, o Brasil assiste à mudança no formato eleitoral e as campanhas presidenciais de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006 foram apresentadas, em formato eleitoral midiático, como acontecimentos históricos e discursivos singulares. E os conflitos e atritos políticos desses governos passaram a ter mais visibilidade na mídia como demonstrado em *Veja*.

No que tange escândalos e corrupção discursivizados em *Veja*: a) o *Governo Geisel*, o *Governo Figueiredo*, o *Governo Sarney*, o *Governo Collor*, o *Governo Itamar*, os *Governos FHC* e os *Governos Lula* foram afetados por crimes de corrupção, desde obtenção e doação de favores como acesso privilegiado a bens ou serviços públicos até pagamento superfaturado de obras e serviços públicos para empresas privadas em troca do retorno de um percentual do pagamento para o governante ou para o funcionário público que determinou o pagamento; b) as cenas de corrupção política nesses governos foram validadas, ou seja, foram instaladas na memória coletiva pela repetição, pelo retorno e pela espetacularização na mídia; c) as cenas de corrupção validadas na mídia ocorreram tanto na esfera privada quanto na pública – burocrática e política; d) as relações de poder no Brasil, demarcadas pelas cenas validadas de escândalos, indicam apagamento das fronteiras entre as esferas públicas e privadas; e) a erupção dos acontecimentos discursivos, no sentido de Pêcheux (1983a; 1983b), relacionados à corrupção, mostram que a mídia, a exemplo da revista *Veja*, têm “lugar de falar”, poder de “falar” e de “sugerir” *onde e o que* olhar, *o que* ler e *como* interpretar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Edição original: 1967.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. Edição original: 1969.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990. Edição original: 1983a.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al (Org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57. Edição original: 1983b.
- RIBEIRO, R. J. *A sociedade contra o sócia: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- RUBIM, A. A. C. *Espectáculo, Política e Mídia*. Salvador, 2002. 21 p. Disponível na Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação: <<http://bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>> Acesso em 12/02/2008.
- RUBIM, A. A. C. *Mídia e Política no Brasil*. Paraíba: UFPB, 1999.
- SCHWARTZENBERG, R-G. *O estado espetáculo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978.
- THOMPSON, J. B. *Political scandal: power and visibility in the media age*. EUA; GB: Blackwell Publishers, 2000.

